



ALAP 2020

IX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población



9 a 11 diciembre

EL ROL DE LOS ESTUDIOS DE POBLACIÓN TRAS LA PANDEMIA DE COVID-19 Y
EL DESAFÍO DE LA IGUALDAD EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

PAULO EDUARDO TEIXEIRA, UNESP, paulo.teixeira@unesp.br

A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL. Relações sociais no interior paulista, Campinas: 1822-1920.

RESUMO

Embora haja muitos estudos sobre o processo imigratório português para o Brasil, a cidade de São Paulo tem se destacado por um considerável número de estudos, assim como o Rio de Janeiro. Durante a pesquisa bibliográfica para esta pesquisa constatamos que praticamente inexistem trabalhos que trataram ou que estejam focalizando o caso de imigrantes lusitanos para o interior do território brasileiro, de tal modo que elegemos Campinas como cidade dessa categoria, e assim propomos o recorte do período em três momentos. A primeira etapa estudada, chamada de período pré-imigratório (1822-1876), foi caracterizada pela formação de uma comunidade lusitana capaz de fundar a Sociedade Portuguesa de Beneficência, em 1873. A segunda etapa correspondeu ao estudo da fase áurea da grande imigração em massa (1877-1904) e que redundou na construção da Hospedaria de Campinas. Finalmente, a terceira etapa (1905-1920), que é a fase de crise da grande imigração que foi permeada pelo contexto da primeira guerra (1914-1918). Essa proposta de um estudo centrado nos imigrantes portugueses permitirá avaliar como a presença, ou não, institucional, política e social do Estado Lusitano influenciou no estabelecimento dos padrões de comportamento da população instalada no território brasileiro. E mais, até que ponto os agenciamentos das redes de apoio, familiares sobretudo, foram importantes no processo de fixação de uma colônia lusitana em Campinas. De maneira prática, o objetivo geral será alcançado pela investigação das organizações familiares associadas aos regimes demográficos que vigoraram em Campinas (São Paulo – Brasil) ao longo do século XIX, discutindo o papel do imigrante português nesta sociedade. Tal objetivo tem como quadro teórico os estudos dos movimentos migratórios, assim como estudos de população e família, calcados no aporte metodológico da demografia histórica. As principais fontes para a realização desse estudo são os Registros Paroquiais de casamentos para o período de 1822-1888, e os Registros Civis de matrimônio de 1874-1920.

PALAVRAS-CHAVE

Imigração; portugueses; endogamia social; séculos XIX e XX; redes de apoio.

A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL.
Relações sociais no interior paulista, Campinas: 1822-1920.

Introdução

A partir do clássico livro de Pierre Monbeig (1984), *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*, publicado originalmente em francês em 1952, o autor comentou acerca dos progressos da cultura cafeeira paulista em meio ao processo de desmonte do trabalho escravo no Brasil, quando notadamente a imigração europeia adquiriu importância econômica para os fazendeiros paulistas. Assim diz o autor:

Entre 1827 e 1936, recebeu o Estado de São Paulo 2.901.204 imigrantes, mas foi sobretudo a partir de 1886 que o movimento adquiriu importância. Até, então, não entravam mais que algumas centenas de indivíduos por ano; foram nulas as entradas, por vezes. Em 1875, assinalou-se uma viragem, elevando-se a cifra anual a alguns milhares, durante alguns anos. Em 1887, pela primeira vez, o contingente de imigrantes foi além de dez mil, cifra acima da qual se manteve desde então. [...] Aparece entre 1887 e 1900 um primeiro período de forte imigração: São Paulo recebeu então 863.000 imigrantes, ou seja, 29,7% do total das entradas, entre 1827 e 1936. O ano recorde foi o de 1895, com 139.998 entradas. (MONBEIG, 1984:147)

No excerto acima, Monbeig tratou de lançar alguns marcos cronológicos que sinalizam para o estudo que ora é proposto, uma vez que o mesmo indicou o largo período de 1827 a 1936 como balizas que demarcaram a grande presença de estrangeiros no Brasil, e em especial em São Paulo. Em outro estudo, posterior ao de Monbeig, Maria Stella Ferreira Levy (1974:52) definiu o marco inicial imigratório como sendo os anos de 1820 porque é nele que encontramos os primeiros dados de estrangeiros. Esta situação certamente está vinculada ao processo de emancipação do Brasil em relação à metrópole Lusa ocorrida em 1822, quando então os portugueses passaram a ter suas entradas controladas, tanto quanto foram os demais grupos de estrangeiros.

Outro marco indicado por Monbeig foi o ano de 1875, como sendo de virada, pois até então eram relativamente poucos os estrangeiros que adentraram o Brasil durante o período anterior. Maria Stella Levy (1974:52) corrobora com essa informação ao indicar que entre 1820 e 1871 “foram registrados 250.487 entradas de imigrantes de diversas nacionalidades”, mas considera aceitável que o período marcado pelos anos de 1820 a 1876 seja considerado o primeiro momento de instalação dos núcleos colonizadores, com fluxo constante de portugueses ao longo de todo o período, e em especial o de alemães, principalmente a partir dos anos de 1850. Segundo Paiva (2008: 15), entre 1827 e 1886, entraram 53.517 estrangeiros em São Paulo, ou seja, não entraram mais que algumas centenas de indivíduos por ano nesse período, de modo que os serviços de hospedagem eram precários.

Segundo Amaral Lapa (1996: 92, 97 e 98), em Campinas, no ano de 1873 foi criada a Sociedade Portuguesa de Beneficência, cujo objetivo foi instalar um hospital para atender os portugueses que residiam em Campinas, e que entrou em funcionamento por volta de 1878, cujo edifício na época tinha uma farmácia, uma capela, salas e quartos para abrigar de 25 a 30 doentes, um amplo refeitório e cozinha, além do necrotério.

Para Levy (1974) o segundo período tem início dois anos após o indicado por Monbeig, isto é, em 1877, momento de expansão da cafeicultura no oeste paulista e da política de subsídios à imigração, assim como um cenário europeu, e sobretudo italiano, de crescente pressão sobre a terra e a população, que recorreu à imigração como forma de superar a crise capitalista na Itália. O período findou em 1903, quando o ciclo do café em São Paulo passou por uma crise que, além de

inibir a entrada de estrangeiros, também favoreceu o aumento das saídas de pessoas das mais variadas nacionalidades (MONBEIG, 1984: 148). Assim, Maria Stella Levy propõe:

Durante os anos que o compõem (1877 a 1903) entram no Brasil 1.927.992 pessoas, o que perfaz uma média anual de 71.000. A fim de facilitar o acompanhamento dessas tendências, podemos dividir este período, por sua vez, em duas fases: a primeira, que se estende até 1886, e a segunda deste ano até 1903. (LEVY, 1974:54)

Notamos uma concordância entre Maria Stella Levy e Pierre Monbeig, quando este último identificou o período de 1887-1900 como sendo “um primeiro período de forte imigração”, e indicou que o ano de 1895 bateu recorde de entradas, com 139.998 pessoas. Embora Monbeig não tenha informado a origem de seus dados¹, segundo o Anuário Estatístico do Brasil, de 1954, Levy (1974:73) encontrou para este ano 164.831 entradas, valor acima do indicado por Monbeig, e mais, esse mesmo documento indicou que no ano de 1891 entraram 215.239 pessoas, um contingente populacional ainda mais expressivo que o assinalado por Monbeig para o ano de 1895. De todo modo, os números apresentados pelos autores citados reforçam a proposta de periodização indicada por ambos, e como consequência, a Província de São Paulo inaugurou a primeira Hospedaria para imigrantes, localizada no bairro de Santana, em 1878, fruto de uma mudança da perspectiva sociopolítica com relação à imigração e o uso da força de trabalho livre. Nas palavras de Odair Paiva:

A Hospedaria de Sant'ana foi a primeira tentativa de sistematizar e racionalizar os serviços de recepção, hospedagem e encaminhamento dos imigrantes que para cá afluiam. Entretanto, sua efêmera existência demonstrou que as crescentes necessidades de mão-de-obra para a cafeicultura demandavam uma estrutura mais bem equipada. (PAIVA, 2008:20)

Assim, seguiu-se a construção de uma segunda Hospedaria, inaugurada em 1882 no bairro do Bom Retiro, mas tal como a primeira, suas instalações se tornaram insuficientes e obsoletas, nas palavras do historiador, o que levou a uma ação por parte do Governo provincial que culminou com a construção da Hospedaria de Imigrantes do Brás entre os anos de 1886 e 1887, com capacidade para atender até 3 mil pessoas por semana em suas dependências, mas que atingiu até 8 mil imigrantes em alguns momentos (PAIVA, 2008:41).

Durante o período de 1882 até 1889, os dados apresentados por Levy (1974) revelaram que ingressaram no Brasil 1.605.046 pessoas, enquanto que em São Paulo esse número foi de 915.183 imigrantes das mais variadas nacionalidades, ou seja, 57% de todas as entradas no Brasil se deram apenas para as localidades paulistas, números que expressaram o vigor do momento imigratório vivido nestes anos, e que, segundo Marília Ferreira Emmi:

[...] a emigração adquiriu novas características; ela deixou de estar ligada a uma motivação imperial e tornou-se resultante do desenvolvimento capitalista, desempenhando papel relevante no destino da mão-de-obra camponesa que o crescimento industrial dos países europeus não conseguia absorver. [...] Do ponto de vista do destino no Brasil, os fluxos migratórios transoceânicos, embora tenham se concentrado no centro-sul do país, espalharam-se por todas as regiões com maior ou menos intensidade. (EMMI, 2008:80)

¹Embora não haja a indicação direta da fonte, o mesmo número de imigrantes é apontado no *Boletim da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração*. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, ano 1, n. 1, out. 1937, p. 49.

Para Campinas, Rosana Baeninger (1992:31-32) em consulta aos Livros de Registros da Hospedaria dos Imigrantes do Estado de São Paulo, anotou que foram destinados 10.631 imigrantes no período de 1882 a 1900, sendo italianos, portugueses, espanhóis e alemães os principais grupos.

Um terceiro período foi sugerido por Levy, o qual se estendeu de 1904 até 1930. O marco inicial correspondeu às medidas do governo italiano proibindo a emigração subsidiada para o Brasil em 1902 (Decreto Prinetti), o que deu lugar para que os portugueses e espanhóis ocupassem posição importante nesse período, sobretudo a partir do Convênio de Taubaté (1906), que estimulou a vinda de outros grupos, como os japoneses a partir de 1908. Para Levy houve nesse período duas fases, uma que compreendeu os anos de 1904-1914, e outro que foi de 1919-1930, descartando os anos da primeira grande guerra (1914-1918), pois a autora considerou que as baixas entradas anuais (27.000/ano) não representaram o período, afinal foi uma fase de crise. O marco final foi indicado pelo término da política de subsídio à imigração pelo Governo de São Paulo (1927), único estado da federação que manteve esse tipo de auxílio, assim como outros fatores que geraram o fim da política do café com leite, bem como medidas restritivas que se seguiram ao primeiro governo de Getúlio Vargas, e que na Constituição de 1934 estipulou as cotas para imigrantes (Cf. GERALDO, 2009).

Para Monbeig (1984:150), a fase que se iniciou após a primeira guerra, isto é, a partir de 1920, é caracterizada por um elemento da dinâmica demográfica, a mobilidade interna, ou seja, o contingente de “brasileiros” tornaram-se mais numerosos, “igualando os estrangeiros, no fim da grande fase de prosperidade de 1928 a 1929.”

Assim, desde 1920, mas principalmente depois de 1930, cessou a proveniência transoceânica da imigração para São Paulo, substituída por uma grande migração interna.

Com efeito, eram em grande maioria oriundos dos estados do Nordeste.
(MONBEIG, 1984:150)

Notamos que os anos após a primeira guerra (1914-1918) trouxeram também outros ingredientes na composição da população paulista, de modo que apesar dos autores tratados indicarem uma periodização que demarcou esse terceiro período no ano de 1930, notamos que o ano de 1920 também pode constituir em uma baliza para delimitar o estudo aqui proposto, visto que na visão de Monbeig a migração interna passou a ter um valor significativo para os anos de 1920. Por sua vez, Maria Stella Levy (1974:68), concluiu em seu estudo que no período de maior fluxo imigratório estrangeiro, isto é, entre os anos de 1890 e 1920, a contribuição da imigração estrangeira para o crescimento da população atingiu a marca de 11%. Outra conclusão, diz respeito à saída de estrangeiros que aqui chegaram, ou seja, que o período de 1890 a 1900 foi o que menos imigrantes deixaram o país.

Portanto, diante do exposto, podemos indicar três períodos sobre os quais nos debruçaremos para estudar a imigração em Campinas, o primeiro, que se iniciou na terceira década do século XIX e foi até o ano de 1876, e que pode ser chamado de “pré-imigratório” (BIVAR, 2008:45); o segundo, momento de auge da imigração em massa que foi do ano de 1877 até 1904; e o terceiro período, de 1905 até 1920.

Quadro teórico e metodológico sobre a imigração portuguesa para Campinas

A imigração portuguesa para o Brasil tem sido alvo de pesquisas que focalizaram o processo emigratório português para o Brasil (KLEIN, 1989; LEITE, 2000; SCOTT, 2000; LOBO, 2001; COSME, 2007; SOUSA & MARTINS, 2007), assim como para a cidade de São Paulo (PASCAL, 2004; MATOS,

2007, 2008, 2013; SCOTT, 2017) e outras localidades (FRUTUOSO, 1989 – Santos; GOMES, 2000 – Rio de Janeiro; FONTES, 2002 - Pará; CANCELA, 2009, 2013 - Belém; GANDON, 2010 – Bahia). Durante pesquisa bibliográfica sobre questões imigratórias para Campinas foi constatado que praticamente inexistem trabalhos que trataram ou que estejam focalizando o caso de imigrantes lusitanos para Campinas. Na dissertação de mestrado de Baldini (2010), a autora tratou do Núcleo Colonial Campos Salles, enquanto outros dois estudos focalizaram na comunidade alemã em Campinas (KARASTOJANOV, 1999; SIMSON; MARCONDES & GONÇALVES, 2011), assim como demais estudos que discutiram aspectos diversos dos processos imigratórios para Campinas (BAENINGER, 1992; ROCHA & CORRÊA, 1993; FERNANDES, 2016).

Para a realização deste estudo nos servimos do quadro teórico dos estudos dos movimentos migratórios, assim como estudos de população e família, calcados no aporte metodológico da demografia histórica. Quanto às fontes podemos dizer que Campinas foi agraciada com a preservação de inumeráveis tipos de materiais para a pesquisa histórica, além de que conta com dois centros de pesquisa na Unicamp. O primeiro deles é o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), onde encontramos uma série de microfilmes das Listas Nominativas de Habitantes, cuja documentação permitiu identificar os primeiros portugueses que chegaram a Campinas durante o período de povoamento (1774-1798) até os anos iniciais do Império (1822-1829).

Outra série de microfilmes, relativa a documentos produzidos pela Igreja Católica, cujos originais se acham guardados na Cúria Metropolitana de Campinas, compuseram a principal documentação, abrangendo o período de 1774-1850. Essa documentação, baseada nos registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos, possibilitou a construção de um banco de dados com mais de 23.000 registros das pessoas, livres, escravos e libertos que viveram em algum momento de suas vidas em Campinas. A indexação dos registros de casamentos existentes após o ano de 1850 foi compilada em um banco de dados que se estendeu até o ano de 1888, quando findou o período escravista. Outra fonte documental para estudar os imigrantes que se casaram em Campinas são os registros civis de matrimônios, que foram indexados em um banco de dados, e que comprehende o período de 1874 até o ano de 1921.

O segundo Arquivo que existe na Unicamp e que guarda muito da história campineira é o Centro de Memória da Unicamp (CMU), local de pesquisa que abriga o acervo do Arquivo Judiciário da Comarca de Campinas, que foi estimado em cerca de 50.000 documentos, que incluem processos crimes, cíveis, inventários e testamentos, compreendendo o período de 1796 a 1940. Outro acervo importante para nós é o que se encontra no Arquivo e Biblioteca João Falchi Trinca, que constitui no maior e mais completo acervo particular reunido até hoje sobre Campinas. Nele encontramos, por exemplo, os almanaque da cidade, correspondentes aos anos de 1872, 1873, 1878, 1879, 1886, 1892, os jornais Aurora Campineira – fundado em 1858 – e Gazeta de Campinas – fundada em 1869 –, as Posturas Municipais de 1829, 1858 e 1863, além de vários tipos de processos existentes.

Breve histórico do movimento migratório em Campinas

A origem do povoamento de Campinas principiou no século XVIII quando a localidade era apenas um pouso para os viajantes que adentravam ao sertão, e com o passar dos anos tornou-se bairro rural da Vila de Jundiaí. Em 1774 houve a elevação da localidade para a condição de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, a qual abrigava neste ano 479 pessoas distribuídas em 57 domicílios, e assim permaneceu até o ano de 1797 quando foi elevada a condição de Vila de São Carlos.

De 1797 a 1842 Campinas viveu sob a condição de Vila de São Carlos, e o crescimento populacional foi intensificado pela chegada de pessoas oriundas de várias vilas paulistas, sobretudo Itu, Jundiaí, Nazaré, Atibaia, Bragança, Parnaíba, Santo Amaro e muitas outras. Durante este período também vieram inúmeros escravos, uns de origem africana e outros nascidos no Brasil, provenientes de variadas localidades. (TEIXEIRA, 2004) A presença de escravos na Vila campineira esteve relacionada ao avanço da fronteira agrícola, inicialmente com a cultura da cana-de-açúcar que aportou em solo campineiro no final do século XVIII, e posteriormente com o café, este principalmente após os anos de 1850.

Tabela 1: População Livre, escrava e estrangeira em Campinas.

Campinas	População							
	Livre	%	Escrava	%	Estrangeira	%	Total	%
1774	392		87				479	
1794	1.364		498				1.862	
1798	1.807		701				2.508	
1814	3.658		1.935				5.593	
1822	3.866		3.506				7.372	
1827	4.377		4.218				8.595	
1829	3.680		4.865				8.545	
1836	2.772		3.917				6.689	
1854	5.725	40,3	8.149	57,4	327	2,3	14.201	
1872	15.740	50,1	13.685	43,6	1.972	6,3	31.397	
1886	31.267	75,8	9.986	24,2			41.253	
1890	26.876	79,3			7.045	20,7	33.921	
1900	59.607	88,1			8.087	11,9	67.694	
1902							79.924	
1920	92.086	79,7			23.516	20,3	115.602	

FONTE: Para os anos de 1774, 1794, 1814 e 1829 Cf. Tabela 2 e 20 de TEIXEIRA (2004, p.93 e 123). Mapa Geral dos Habitantes de Campinas para 1798 e 1822 (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp). Para o ano de 1827 Cf. CABRAL, 2009, p.98. Para 1836 Cf. MÜLLER, 1978, p. 139. Para os anos de 1854, 1872, 1890 e 1920 Cf. BASSANEZI & FRANCISCO, 2002. Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo recenseada no ano de 1854. São Paulo: Typographia Dous de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1856; *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1873-1876. *Relatório apresentado ao Exm. Sr. Residente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística*. São Paulo: Leroy King Bookwalter, Typographia King, 1888. A população indicada para o ano de 1900 (Cf. BAENINGER, 1996), e 1902 foi extraído do Almanaque de 1908.²

Com a constituição da cidade de Campinas a presença de imigrantes, livres ou escravos, continuou a ser observada, no entanto, em relação à população cativa, a presença de nativos africanos passou a ser fruto da migração interna, a partir de alguns processos de deslocamento que iniciaram em outros estados brasileiros, sobretudo do Nordeste via Rio de Janeiro, motivados pela proibição do tráfico internacional. Outro reflexo desse ato foi a chegada de imigrantes europeus em massa, especialmente a partir dos anos de 1880, que pode estar vinculado ao fim do tráfico de africanos, seguido por uma série de leis de caráter abolicionista que foram decretadas.

Estes fatos retratam de forma sucinta alguns processos envolvidos na fundação e crescimento de Campinas, tais como as políticas de povoamento/imigração, economia de *plantation*,

² O Almanaque de Campinas de 1908 publicou um artigo com as informações da população total da cidade encontrada para vários anos (1774 = 357 habitantes; 1797 = 2.107 hab.; 1819 = 6.000 hab.; 1829 = 7.684 hab.; 1836 = 10.606 hab.; 1854 = 14.202 hab.; 1874 = 31.397 hab.; 1886 = 41.253 hab.; 1902 = 79.924 hab.), no entanto, o autor não indicou as fontes em que foram encontrados tais números, o que levou a divergências com outros dados que consideramos mais fidedignos, ou ao menos referenciados por fontes conhecidas dos demógrafos historiadores, como as Listas Nominativas de Habitantes e algumas estatísticas realizadas posteriormente.

e a formação de famílias (TEIXEIRA, 2004 e 2011). A Tabela 1 sintetiza o crescimento populacional de Campinas por mais de um século, indicando o aumento da participação dos imigrantes no total da população.

A presença portuguesa em Campinas anterior a independência do Brasil

No limiar do século XIX podemos notar a presença de portugueses em Campinas, a partir das cerimônias de casamento celebradas na localidade. Bernardo dos Santos era natural da freguesia de São Romão, do arcebispado de Lisboa, e uniu-se em matrimônio no dia 26 de setembro de 1798 com Maria Correa, natural de Nazaré, localidade próxima a Atibaia, em São Paulo.³ Segundo a Lista Nominativa de habitantes, em 1810 Bernardo contava 34 anos de idade, enquanto sua esposa 38 anos, e tinham quatro filhos, Maria de 10 anos, Antonio de 5 anos, Joaquina de 4 anos, e o caçula, José, de apenas 3 anos de idade.⁴ Após dezenas de anos de casados, Bernardo e Maria Correa produziam em sua propriedade milho, feijão, arroz e açúcar, aplicando para isso o trabalho escravo de 40 pessoas.⁵

Durante esse período inicial da vila, até 1821 analisamos outros vinte e nove casamentos de portugueses que foram realizados em Campinas, não obstante, nota-se a mobilidade desses sujeitos após o casamento, pois não há registros que os mesmos tenham se fixado como no caso de Bernardo dos Santos, a partir das Listas Nominativas de 1810, 1814 e 1818. Uma das exceções refere-se ao caso do português, natural do Porto, Antonio José de Carvalho Guimaraens, pois o mesmo casou com Lucrecia Maria da Luz, filha de José Ribeiro de Siqueira e Maria Francisca Matos.⁶ Assim, no dia 03 de outubro de 1809 foi celebrada a união de Antonio e Lucrecia Maria, sendo padrinhos o Tenente Coronel Joaquim Aranha de Camargo e o Sargento Mor Floriano de Camargo Penteado.⁷ No ano seguinte ao matrimônio o casal teve sua primeira filha, Maria, seguida por outros nove irmãos, os quais foram batizados por pessoas de distinta qualidade, criando um círculo de amizades e compadrios importante para a inserção dos mesmos na sociedade campineira, como atestam os registros de batismos.⁸

Outro português que permaneceu em Campinas foi Joaquim Damião Pestana, casando-se com Ana Joaquina em 14 de fevereiro de 1820, e segundo o censo de 1829, ele apresentava 33 anos de idade e vivia ao lado de sua mulher e um casal de filhos, morando em uma propriedade que produziu 300 arrobas de açúcar com o trabalho de 19 escravos.⁹ No ano de 1831, o casal batizou mais um filho, por nome Damião, sendo padrinhos Francisco Egidio de Souza Aranha e sua mulher, dona Maria Luiza de Camargo Aranha, a futura Viscondessa de Campinas.

³ Registro Paroquial de Casamento, Livro 1, fl. 93, 26/09/1798 (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas - ACMC).

⁴ Lista Nominativa de habitantes de Campinas, 1810, 2^a Cia, fogo 40 (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp – FPE-AEL/Unicamp).

⁵ Lista Nominativa de habitantes de Campinas, 1814, 2^a Cia, fogo 32 (FPE-AEL/Unicamp).

⁶ Segundo a Lista Nominativa de 1829, Siqueira era natural de Itu, contava com 60 anos de idade e era viúvo, vivendo apenas ao lado de oito escravos. Lista Nominativa de habitantes de Campinas, 1829, 1^a Cia, fogo 168 (FPE-AEL/Unicamp).

⁷ Registro Paroquial de Casamento, Livro 2, fl. 48v, 03/10/1809 (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas). Lista Nominativa de habitantes de Campinas, 1818, 1^a Cia, fogo 125 (FPE-AEL/Unicamp).

⁸ Registros Paroquiais de Batismos, 08/09/1810 (Maria), 28/11/1813 (Angélica), 31/08/1815 (José), 01/09/1818 (Antonio), 30/12/1820 (Joaquim), 10/07/1823 (Ana), 28/07/1825 (Vicente), 28/04/1831 (Francisca), 20/10/1833 (José), 31/01/1834 (José) (ACMC).

⁹ Registro Paroquial de Casamento, Livro 3, fl. 23, 14/02/1820 (ACMC). Lista Nominativa de habitantes de Campinas, 1829, 6^a Cia, fogo 63 (FPE-AEL/Unicamp).

O período pré-imigratório em Campinas (1822-1876)

Logo após a independência, os portugueses que estavam no Brasil começaram a sentir a necessidade de se adaptarem a nova conjuntura política, até mesmo porque a Corte do Rio de Janeiro abrigava muitos lusitanos, razão pela qual durante o período do Primeiro Reinado foi fundado o partido Restaurador. Nesse sentido,

É interessante notar que a questão do acesso à cidadania, por meio da carta de naturalização, foi tema da discussão, entre os parlamentares, em dois momentos de aguda crise política: o primeiro ocorreu próximo da independência e da elaboração do pacto constitucional; e o segundo coincidiu com a abdicação de D. Pedro I, quando reivindicava-se uma reforma na Constituição de 1824. O que ambos os debates tinham em comum era a inquietação, de alguns deputados, com a ascensão de indivíduos identificados como portugueses aos empregos públicos. (VIEIRA, 2006:96)

Certamente nos centros do poder nacional e em muitas províncias, os portugueses foram alvo de retaliações nesse contexto, porém muitos fizeram a opção pela naturalização brasileira, enquanto outros, ainda, conservaram sua lealdade a Portugal. Em Campinas, encontramos um livro de Registro de Naturalização que abrange o período de 1838 a 1889, entretanto no termo de abertura consta que o mesmo “há de servir para neles se lançarem as declaracōens exigidas pela Ley de 23 de outubro de 1832”, isto quer dizer que após os debates sobre a naturalização indicados por Martha Victor Vieira (2006) foi aprovada a lei de naturalização que passou a vigorar no território nacional e determinou que a “carta de naturalização” somente poderia ser concedida debaixo de algumas condições expressas pelo primeiro artigo, dentre as quais destacamos serem maiores de 21 anos, e que tenham “declarado na Camara do município de sua residência seus princípios religiosos, sua patria, e que pretende fixar seu domicilio no Brasil”.

Assim, como vemos, a regulamentação dessa lei em Campinas tardou alguns anos, e ao consultar as páginas do referido livro de Registro de Naturalização, notamos que o primeiro registro foi de “Antonio Monteiro de Carvalho Silva, morador neste Municipio, por ele foi dito que professava a religião Católica Apostólica Romana, que era natural da cidade do Porto, do Reino de Portugal, que pretendia fixar seo domicilio no Brazil.”¹⁰ O documento foi encerrado com as assinaturas dos membros da Câmara Municipal e do próprio interessado.

No entanto, a lei de naturalização, em seu artigo 12º dizia o seguinte:

Art. 12. Todos os estrangeiros naturalizados antes da publicação desta Lei declararão seus nomes nas Camaras Municipaes de suas residencias, assignando-os com o livro, que deve servir de registro commun de todos os estrangeiros naturalisados, além dos mencionados nos artigos quarto, nono, e decimo, sob pena de pagarem vinte e cinco mil réis, caso não os façam dentro de seis mezes da publicação desta Lei nos seus municipios. (Coleção de Leis do Império do Brasil - 1832, Página 116 Vol. 1 pt. I)

Para exemplificar a situação posta acima, a segunda pessoa a registrar sua declaração em Campinas foi o Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, que aos 16 dias do mês de junho de 1849 declarou que era morador na cidade de Campinas, e por ele foi dito que:

(...) perante a Camara Municipal havia declarado na forma do parágrafo 3º do artigo 1º da Lei de vinte e três de outubro de mil oitocentos e trinta e dois que

¹⁰ Registro de Naturalização, 1838 a 1889: Villa de São Carlos e de Campinas, fl. 1. (Arquivo da Câmara Municipal de Campinas).

*professava a religião Católica Apostólica Romana, que era natural da Comarca de Corr na Irlanda, súdito inglês, e que pretende fixar seu domicilio no Brazil, donde reside há mais de quatro anos casado com brasileira e com três filhos.*¹¹

Por meio desses exemplos podemos inferir que em Campinas poucos foram os estrangeiros que procuraram os meios para se naturalizarem, dada as dificuldades dos trâmites, ou até mesmo o não interesse dos estrangeiros nesse momento. A terceira pessoa a fazer a declaração foi um francês, seguido pelo registro da Carta de Naturalização do Dr. Daunt e do eminente Doutor Theodoro João Henrique Langgard, dinamarquês de origem. Apenas em 1860 foi registrada a quarta declaração de naturalização com respeito ao pedido de Victorino Antonio de Carvalho, português, “filho da cidade de Lisboa”, casado e de “profissão artista”, que pretendeu fixar residência no Império do Brasil onde já vivia a seis anos. O quinto registro também foi de outro português, Domingos Vieira Paraiso, que era casado com brasileira, tinha a idade de 48 anos, e vivia como negociante. Além disso, o pedido foi em razão de já viver há 32 anos no Brasil, isto quer dizer que Domingos veio para o Brasil com 16 anos de idade, ou seja aportou em solo brasileiro aproximadamente no ano de 1839.¹²

Portanto, podemos perceber que contrair matrimônio com brasileiras faz parte desse processo de assimilação dos portugueses, ou seja, o casamento com parceira no interior do próprio grupo étnico praticamente torna-se impossível, dada a escassez de conterrâneas. Cabe notar que entre 1822 e 1889 tivemos o registro de apenas oito casamentos nos quais a noiva era portuguesa de origem. E mais, vale lembrar que para o mesmo período, contraíram matrimônio em Campinas 56 noivos nascidos em Portugal.¹³ O fato de haver predomínio masculino também foi atestado por Klein (1989) para um período posterior a esse momento, visto que a razão de sexo dos portugueses que chegaram a Santos (1908-1936) foi de 212.

Em suma, podemos dizer que no bojo da questão da naturalização, está aquilo que Robert Rowland (2000:2) chamou de “essencialização” do processo de independência, por meio da disputa entre “brasileiros” e “portugueses”. Entretanto, como nos chamou a atenção:

Mas em 1822 não havia, no Brasil, nem 'brasileiros' nem 'portugueses': foi no contexto dos conflitos que ocorreram durante o processo de Independência, e de maneira fluida e pouco linear, que a pertença a uma ou outra categoria, cujas fronteiras variaram de região a região e ao longo do tempo, começou a ser reivindicada por alguns e atribuída por outros aos seus opositores, e que começou a emergir, entre os que vieram a definir-se como 'brasileiros', um ainda incipiente sentimento nacional. (ROWLAND, 2000:2)

Outro ponto que deve ser destacado é que mesmo após as disputas ocorridas durante o Primeiro Reinado, muitos movimentos nativistas das décadas de 1840 e 1850 e que eclodiram em várias partes do país, os portugueses foram alvos de ataques por parte de nacionalistas brasileiros, conforme mostram alguns trabalhos (CARVALHO, 1993; ROSAS, 2009), em virtude da caracterização do “português explorador” que fora criada durante o processo de Independência, e reforçada pela presença dominante que tiveram em diversos setores da economia urbana, canalizando aos “portugueses”, e em especial os comerciantes, as hostilidades populares. Embora não tenhamos

¹¹ Registro de Naturalização, 1838 a 1889: Villa de São Carlos e de Campinas, fl. 1v. (Arquivo da Câmara Municipal de Campinas).

¹² Registro de Naturalização, 1838 a 1889: Villa de São Carlos e de Campinas, fl. 4. (Arquivo da Câmara Municipal de Campinas).

¹³ Embora os registros paroquiais tenham um sub-registro para alguns anos, o prejuízo atinge a ambos os sexos. Outro problema que merece ser anotado é o fato da informação sobre a nacionalidade ter sido ignorada pelos padres que registraram os matrimônios em Campinas durante o período de 1850-1888.

encontrado nenhuma informação de acontecimentos similares ocorridos em Campinas, podemos perceber que o ambiente da época proporcionava certa disputa por parte dos estrangeiros portugueses de sua importante contribuição para a sociedade brasileira em geral, e campineira em particular. Para exemplificar isso, leiamos o texto publicado no Almanaque Popular de 1878 em Campinas:

O portuguez no Brazil

O portuguez no Brazil, é o mais útil dos estrangeiros porque sente comosco, não só as nossas desgraças domesticas, como as affrontas feitas á nação. Tal é o afferro e dedicação que elle tem a este paiz abençoado, que mesmo em passeio a lares pátrios, não se apresenta alli como portuguez, e chama-se a si próprio brazileiro. Se lhe pergunta por sua condição natural, não diz, que é estrangeiro no Brazil, e sim que é portuguez, quando se não limita a indicar sómente a localidade de seu nascimento, sem discriminár, que estaa localidade é em Portugal, ou no Brazil. Mesmo entre os brazileiros, emprega essa indiscriminalidade, porque, quando n'uma reunião de indivíduos, elle quer precisar as nacionalidades, diz, em geral, - alli estiveram tantos estrangeiros e 4 ou 6 portuguezes. Muitas vezes nos acontece, nas certidões d'obitos, para experimentarmos os instictos nacionaes, perguntarmos aos indiciduos, que as reclamam: - é estrangeiro o finado? Sem reflexão, se nos diz, - não senhor, é portuguez. – Quem quiser entender, que entenda. Essa resposta é sempre a mesma, dada pelo povo portuguez, no Brazil, e tem tanta significação moral, que com Ella se exprime o seguinte: Sou portuguez, não sou estrangeiro neste paiz, porque sou descendente legitimo de vossos antepassados; sou vosso irmão consanguíneo, o esposo de vossas filhas; e vosso irmão por condição e natureza.

*Um Portugez (Piauhy-Parnahiba)*¹⁴

Quanto ao perfil dos portugueses que se instalaram no Brasil, nesse período que antecede a grande imigração, pode ser dito que foi de nobres ou burgueses que procuraram instalar algum tipo de comércio. A maioria dos portugueses era proveniente de Lisboa e Porto, como destacado nos casos de naturalização, mas alguns vieram da Ilha da Madeira, como nos revelaram os registros paroquiais de casamento.

O primeiro *Almanak* publicado em Campinas em 1871 foi obra de um português que aos 18 anos de idade veio se radicar no Brasil em 1856. Assim, José Maria Lisboa, nascido em 18 de março de 1838, veio para Campinas para instalar a tipografia da folha *Gazeta de Campinas* em 1869¹⁵, permanecendo até 1874, possibilitando a ele repetir o empreendimento publicando mais dois almanaques no ano de 1872 e 1873. Mudou sua residência para a cidade de São Paulo e lá deu continuidade a sua carreira de editor, gerenciando A Província de São Paulo, e publicando famosa coleção do *Almanach Litterario* na capital paulista entre os anos de 1876 e 1885.

No Almanak de Campinas de 1871 encontramos a informação de que havia um delegado consular de Portugal, o senhor Joaquim Cândido Thevenar, e que induz a pensarmos que a Princesa D'Oeste era procurada por muitos portugueses que aproveitaram o crescimento da cidade para se estabelecerem com seus negócios. Além disso, Campinas abrigava o vice-cônsul da Suíça, o Dr. Jorge

¹⁴ Almanaque Popular, 1878, Campinas, p. 14 (Parte 2).

¹⁵ A *Gazeta de Campinas* talvez tenha sido o primeiro jornal da cidade que teve longa duração, pois Hercules Florence introduziu a primeira tipografia em Campinas e fundou o primeiro jornal do interior da Província de São Paulo, *O Paulista* que circulou pela primeira vez em 27/05/1842, mas segundo Kossoy teve vida curta, e apenas quatro números circularam na região. (KOSSOY, 1980:28 e 29) Deve ser dito que desde o ano de 1830 Hercules Florence havia fixado residência em Campinas, à época ainda Vila de São Carlos, ao se casar com Maria Angélica no dia 4 de janeiro (KOSSOY, 1980: 21), que era filha do cirurgião Francisco Álvares Machado de Vasconcellos.

G. H. Krug.¹⁶ Assim, um dos integrantes dessa colônia de portugueses em Campinas foi Guilherme Villares, que em propaganda estampada no Almanak de 1871 ofereceu diversos produtos de sua loja de fazendas secas, a Casa do Sol, que estava sob a direção de Villares & Queiroz, situada na rua de baixo, nº 46.¹⁷ Outro empreendimento de Guilherme Villares foi a fundação da Empreza Telephonica, noticiada pelo almanaque de 1892 como sendo de propriedade de Villares & Irmão, e situada na Rua Lusitana, nº 67.¹⁸ No ano de 1872 o almanaque publicou a propaganda da Casa da Aliança Luso-Brasileira, um armazém de secos e molhados de propriedade do português José Antonio Dias da Silva.¹⁹ Assim, embora não tenhamos fontes que precisem o número exato de portugueses radicados em Campinas, a existência das cerimônias matrimoniais indicou a presença de uma colônia portuguesa significativa, pois inclusive uma das ruas da cidade veio a receber o nome de Lusitana, existente até os dias atuais, embora em um dado momento algumas pessoas tratassesem de erradicar essa denominação, postulando a denominação de 14 de Dezembro, conforme discussões ocorridas nas sessões ordinárias da Câmara Municipal de Campinas de 18 de dezembro de 1893 e 4 de janeiro de 1894.

O Grêmio Girondino, fundado em 1 de março de 1876 pode ser entendido como um espaço social que representava uma parcela dos portugueses instalados em Campinas. E a partir do termo girondino, podemos inferir que esta associação se aproximava dos ideais republicanos, de caráter burguês e moderado, porém mantendo-se em sintonia com a elite letrada campineira. Em 1878 o presidente era o comerciante Francisco Gonçalves Ferreira Novo, e em sua estrutura administrativa contava com um vice-presidente, José Henrique de Pontes, 1º secretário, João Baptista de Andrade Couto, 2º secretário, Joaquim Cardoso de Almeida Silva, Tesoureiro, João Gonçalves Ferreira Novo, 1º zelador, João Barrère, e 2º zelador, José Gonçalves Pinheiro.²⁰

Finalmente, a constituição da Sociedade Beneficente Portuguesa formada unicamente por portugueses, deu origem ao segundo hospital da cidade e símbolo da presença lusa em solo campineiro.

Contexto Histórico da Saúde em Campinas (1822-1876)

A partir de 1842 a Vila de São Carlos veio a se tornar a cidade de Campinas, e essa mudança foi impulsionada pela crescente riqueza da região que gradativamente passou a transformar os canaviais em enormes plantações da rubiácea. Uma consequência direta foi o surgimento de vários barões e baronesas do café, a construção de solares e palacetes, e a gradativa transformação do centro urbano da cidade, uma vez que seu território abrangia distritos que distavam quilômetros deste centro comercial, como Souzas, Rebouças, Cosmópolis, vila Americana e outras.

A preocupação com a saúde pública, gradativamente começou a ser anunciada por meio das posturas municipais²¹, que redundou no processo de regulação da vida urbana, estabelecendo nos espaços públicos algumas interdições, impondo regulamentos, sobretudo nos lugares que eram adquiridos produtos para o consumo, como o Mercado Municipal. Assim, a cidade imperial pode ser

¹⁶ Almanak de Campinas, 1871, p. 41.

¹⁷ Almanak de Campinas, 1871, p. 126.

¹⁸ Almanak de Campinas, 1892, p. 244

¹⁹ Almanak de Campinas, 1872, p. 134.

²⁰ Almanak de Campinas, 1878, p.40 e 41.

²¹ Veja os Códigos de Posturas da Câmara Municipal da cidade de Campinas de 1864 e de 1880, que indicam ações do poder público sobre o arruamento e construções, o ordenamento dos serviços de carga e descarga de produtos no espaço público, a instalação do matadouro público, e um capítulo destinado a questão da “salubridade”, incluindo a proibição de enterrar defuntos nas igrejas, dentre outras questões relativas ao divertimento e segurança.

representada por esse momento de transição entre a antiga vila de traços colonial e a futura e emergente cidade republicana, símbolo da modernidade que chegou ao Brasil no final do século XIX.

Os corpos dos defuntos eram enterrados nas igrejas ou em seus adros pelo menos até os anos de 1830, quando o primeiro cemitério foi aberto em Campinas. Instrução pública não havia nesse momento, assim como não existia sequer um hospital. A saúde das pessoas, livres ou cativas, era tratada por boticários. A mudança foi operada a partir da segunda metade do século XIX, quando vários equipamentos de saúde, instrução, divertimento, transporte e outras melhorias urbanas foram instalados em Campinas. O surgimento de diversas “sociedades” marcou uma forma de organização e execução de diversos projetos de grupos sociais específicos. Por exemplo, uma associação com 262 pessoas foi constituída em 1846 para fundar o Teatro de São Carlos, edifício que foi construído pelo arquiteto Manoel Gonçalves da Silva Cantarino e concluído em 1847.²² Assim, o teatro passou a receber inúmeras peças teatrais e musicais de companhias variadas, e se tornou um dos importantes espaços públicos na emergente cidade campineira.

No campo educacional surgiram as sociedades seguintes, segundo o almanaque de 1871: Propagadora de Instrução; Gabinete de Leitura, que oferecia aos associados o acesso a uma biblioteca com variados títulos e a possibilidade de levar o livro para casa; Culto à Ciência, que posteriormente construiu uma escola que por muito tempo foi exemplar; Alemã de Instrução e Leitura, demonstrando a preocupação dos imigrantes alemães quanto a formação de seus descendentes. Nesse momento algumas escolas já se encontravam em funcionamento, tanto de instrução pública quanto privada, como o Colégio de dona Carolina Florence.

No campo da saúde pública, o que observamos foi a presença de profissionais isolados em seus ofícios, atendendo a população de forma domiciliar até os anos de 1850 e 1860, quando então começaram a surgir alguns equipamentos públicos, como o “Asilo de Morféticos”.²³

O primeiro “médico” que temos notícia é Manoel Gomes da Graça, que tinha uma botica e atendia os enfermos aplicando remédios, segundo seu próprio depoimento em um processo de Querela. Mas foi o padre Manoel José Fernandes Pinto que no Auto de Querela deu uma descrição mais detalhada de seu ofício, dizendo que conhecia Manoel Gomes da Graça a vinte e tantos anos, e que sempre teve um bom comportamento:

“exemplar conducta, vivendo com sua familia em boa ordem, e honra, tendo se applicado a medicina pela falta que havia de quem Curasse, tem uzado desta ocupação com felicidade, e ainda mesmo neste tempo (...) vive chamado freqüentemente, chamado nam só dentro da Villa, como dos sítios e Engenhos (...) com toda charidade (...) que nam há família das mais distintas desta Villa, que nam fie delle a entrada de sua caza, e como vejo mareada sua reputação pela intriga, e ignorância de hum individuo lhe passo em seu abono”.²⁴

O primeiro médico que temos confirmado sua presença em Campinas foi o Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, irlandês de origem, formado em medicina pela Universidade de Edimburgo²⁵, e que no dia 17 de setembro de 1845 contraiu núpcias com dona Ana Francelina dos Santos, e na cidade permaneceu, vindo a ser inclusive um dos vereadores da Câmara Municipal de Campinas no

²² Almanak de Campinas, 1871, p. 18.

²³ Almanak de Campinas, 1871, p. 6.

²⁴ Auto de Querela: Adulterio, 1830, 1.º Ofício do Tribunal de Justiça de Campinas (TJC), Caixa 51, n.º 1323, p.38 (Centro de Memória da Unicamp).

²⁵ Cf. Livro de Registro de Títulos de Médicos, Dentistas e Parteiras (1863 a 1886) – Câmara Municipal de Campinas. A *University of Edinburgh* foi fundada em 1583. Cf. <https://www.ed.ac.uk/about/our-history> acessado em 18/06/2019.

final do século XIX.²⁶ Assim, os primeiros médicos instalados na região realizavam procedimentos nas casas de forma domiciliar, como pode ser observado pelo teor do Artigo 43 das Posturas Municipais de 1864.

Art. 43. Quando se manifestarem na cidade qualquer enfermidade contagiosa como bexigas e outras semelhantes serão obrigados os moradores das casas, em que estiverem os enfermos a levantar na porta da Rua uma bandeira preta enquanto durar na casa o perigo do contágio para advertir ao público; e os médicos assistentes tomarão as prevenções necessárias nas referidas casas para evitar quanto se possa o mesmo contágio, e fazendo as desinfecções necessárias. O morador da casa que não levantar a bandeira ou não seguir os preceitos do médico quanto as cautelas e desinfecções será multado em 30\$ réis. Igual multa terá o médico que não ordenar as cautelas acima declaradas e que curar enfermos em casas que não tenham a bandeira preta.

Além disso, o Artigo 43 se refere a uma doença contagiosa, “bexigas”, como na época era conhecida popularmente a varíola. Sobre doenças contagiosas e outras causas de morte os registros de óbitos de Campinas são lacunares, tem-se apenas um relato de 1776 que indica o falecimento do jovem Gaspar, “por morrer de bexigas e estar ... corrupto”.²⁷ Deve-se assinalar que a primeira informação que se tem sobre uma epidemia de varíola data de 1855, razão pela qual as Posturas de 1864 fazem referência a procedimentos que deveriam ser seguidos para evitar a propagação da doença. Outra epidemia de varíola ocorreu nos anos de 1875, enquanto as piores epidemias para a população da cidade ocorreram no final do século XIX, nas quais se fez sentir a mortalidade de crise pela febre amarela (Lapa, 1996, p.250-9).

Embora tenha ocorrido um crescimento do número de médicos na cidade após os anos de 1850, por exemplo, o Almanak de 1871 informava a presença de nove médicos em Campinas, e o de 1873 anuncia a chegada de mais dois, o Dr. Fernando Marinho de Azevedo e o Dr. João Sofia, além da fundação da Casa de Saúde São Vicente de Paula, sob a direção dos médicos Dr. Lacerda e Dr. Marinho.²⁸ Por sua vez, o Almanaque de Campinas para 1872 informou que a cidade dispunha do dentista José Gonçalves Pereira, e de uma enfermaria do Dr. Cassiano, que atendia as pessoas por meio de consultas pagas.²⁹ No entanto, a forma de atendimento se limitava a doenças não contagiosas, como disse o Dr. Philemon de Cuvillon sobre sua Casa de Saúde, estabelecida na cidade desde 1868: “Os doentes de molestias contagiosas ou que por sua natureza (tais como a loucura) poderiam comprometter o socego indispensavel n’uma casa d’esta ordem, não são recebidos na Enfermaria.”³⁰

Finalmente, cabe assinalar que segundo o Almanak de 1871, um grupo de pessoas capitaneadas pelo padre Joaquim José Vieira estavam promovendo ações no sentido de angariar fundos para a construção de um “Hospital de charidade”, uma vez que já possuíam um terreno e fundos pecuniários para a construção do edifício.³¹ Consta que outra sociedade denominada Beneficencia, em assembleia reunida em dezembro de 1871 deliberou pela dissolução da mesma, “visto existir outra fundada nesta cidade com fim identico, applicando o saldo liquido em caixa, na importância de 2:684\$000, para auxilio do Hospital de charidade, que se acha em construcção.”³² O

²⁶ Registro Paroquial de Casamento, Livro 5, fl. 28, 17/09/1845 (ACMC).

²⁷ Registro Paroquial de Óbito, 2.1.1776 (ACMC).

²⁸ Almanaque de Campinas, 1873, p. 118. (Ver também a Gazeta de Campinas, 1872, 39 e 68)

²⁹ Almanaque de Amparo e Campinas, 1872, p. 136 e 138.

³⁰ Almanaque de Campinas, 1873, p. 13.

³¹ Almanak de Campinas, 1871, p. 6.

³² Almanaque de Campinas, 1873, p. 43 e 44.

resultado foi a inauguração do hospital no dia primeiro de outubro de 1876 que passou a ser conhecido como Santa Casa de Misericórdia de Campinas.

Sociedade Portuguesa de Beneficencia de Campinas

A Sociedade Portuguesa de Beneficencia foi fundada no dia 20 de julho de 1873 no bojo desse cenário vivido pelos moradores de Campinas. Francisco Gonçalves Ferreira Novo, negociante com renomada casa de comércio na cidade, tornou-se o agente consular português em Campinas, e por sua iniciativa fez publicar uma chamada pública para que os representantes da colônia portuguesa participassem de uma reunião com a finalidade de constituir uma sociedade benficiante. Assim, a *Gazeta de Campinas*, publicou o seguinte anúncio no dia 17 de julho de 1873:

Aos Portugueses

Francisco Gonçalves Ferreira Novo convida todos os seus patrícios (sem distinção) a se reunirem no salão do Teatro São Carlos, desta cidade, no próximo Domingo, 20 do corrente, às 4 horas da tarde, para o fim caridoso de se tratar da fundação de uma Sociedade Portuguesa de Beneficência.³³

Na edição de nº 375 do dia 20 de julho de 1873 o editor da *Gazeta de Campinas* reforçou o anúncio da convocação feita aos portugueses:

Beneficencia Portugueza – O sr. F. G. Ferreira Novo convida para uma reunião hoje, às 4 horas da tarde, em o theatro de S. Carlos, a todos os seus patrícios residentes nesta cidade afim de crear-se a associação de beneficencia portugueza de que demos notícia em o numero anterior.

Cremos firmemente que tão piedoso appello há de achar a adhesão e o acolhimento que merece a bella ideia cuja iniciativa é devida aquelle distincto e conceituado cavalheiro.³⁴

Como decorrência imediata desse fato, foi fundada a Sociedade Portuguesa de Beneficência, que segundo o editor da *Gazeta de Campinas* deveria socorrer “aos desvalidos daquelle paiz, aqui existentes”. E mais:

A affluencia foi extraordinaria e explendida. Outra cousa não se podia esperar já dos sentimentos philantropicos daquelles que eram convocados, já do conceito e apreço votados por seus compatriotas ao promotor da idéa o alludido estimavel sr. Ferreira Novo. [...] Em seguida em breves mas expressivas phrases o Sr. Ferreira Novo expôz o pensamento que o levou a dar o passo de chamar seus patrícios para accordarem em crear aquella pia instituição como era mister e necessidade indeclinavel por todos reconhecida.³⁵

A reportagem ainda noticiou que foi lavrado o “termo de instalação da sociedade” o qual foi assinado pelos presentes em número de 74 pessoas, além de outras que saíram do recinto sem assinar, conforme relato de Francisco Quirino dos Santos, “por esquecimento”. Também foi constituída comissão para redigir os estatutos da nova sociedade, composto por Francisco Ferreira de Mesquita, Guilherme Villares e Comendador Manoel Cardoso, os quais foram apreciados em duas

³³ REGISTRO, 1966, p. 13.

³⁴ *Gazeta de Campinas*, 20 de julho de 1873, n.º 375, Ano IV, p. 2. (AEL/Unicamp).

³⁵ *Gazeta de Campinas*, 24 de julho de 1873, n.º 376, Ano IV, p. 2. (AEL/ Unicamp).

outras ocasiões, 3 e 10 de agosto de 1873, ocorrendo nesta última a aprovação do primeiro Estatuto da Sociedade Portuguesa de Beneficência, o qual continha sete capítulos e um total de 52 artigos.³⁶

Um dos fins da sociedade, conforme proposta do Art. 2º § 3º era “ministrar aos enfermos o auxílio necessário para o seu restabelecimento”, e, portanto a figura de um médico se torna central para os fins da sociedade, que vislumbrava vir a ter um hospital, pois ao tratar das funções do Conselho, o mesmo deveria “tomar parte na administração do hospital, quando haja”, conforme Art. 44 § 5º. Por isso, na constituição da primeira diretoria da sociedade figurou o Dr. Valentim José da Silveira Lopes na qualidade de vice-presidente.

O Dr. Valentim José da Silveira Lopes nasceu em Lisboa em 1830 e casou-se na mesma cidade com dona Antonia Adelina do Amaral Pereira em 1849, começando a trabalhar como educador, combatendo o analfabetismo em Portugal, veio a ser fundador e secretário da Associação Promotora de Educação Popular. Em 1856 deixou a terra natal com destino ao Rio de Janeiro, terra em que se iniciou nos estudos médicos, retornando para a Alemanha para concluir seus estudos na Universidade de Rostock, e registrando seu diploma em Berlim. De volta ao Brasil em 1866, fez exames de suficiência e defesa de tese na Bahia, exercendo por dois anos o cargo de médico substituto na Beneficência do Rio de Janeiro, mas transferindo sua residência para Campinas em 1869. A partir desse momento, a vida do Dr. Lopes se funde com vários acontecimentos do período, como sua participação na fundação da Santa Casa, e durante a epidemia de bexigas (varíola) ocorrida em 1875 na cidade, tratando dos variolosos pobres. Após a inauguração do hospital da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, o Dr. Valentim Lopes trabalhou como médico, ocupando funções da direção clínica e da chefia de clínica cirúrgica.³⁷

Em 1874, após o primeiro ano de trabalho, a diretoria relatou a existência de 83 sócios, sendo 29 remidos, 47 efetivos, 6 beneméritos e 1 benfeitor, com um saldo de 2550\$948 réis. O relatório também apontou que foi realizado socorro a “quatro dos nossos patrícios (não sócios) em estado de miséria, além de outros que se lhes têm ministrado remédios de botica, tendo nosso digno vice-presidente, a muitos visitado a pedido da sociedade”. Nesse sentido, podemos perceber que a colônia de portugueses que gradativamente aumentava, tornava-se alvo do assistencialismo, que a cada ano foi aumentando, pois em 1875 foram assistidos dois sócios e nove não sócios.³⁸ Já o relatório apresentado pela diretoria em 1876 discriminou as atividades de socorro da seguinte forma:

Foram durante o ano, socorridos oito sócios tendo dois moléstias graves que foram tratadas em enfermarias particulares, felizmente sararam e seis receberam socorros sendo tratados em suas casas; foi também socorrida com médico e botica a viúva de um sócio, sendo mais esta viúva socorrida em se lhe proporcionar os meios para seguir ‘Pátria; ainda foram socorridos cinco compatriotas indigentes (não sócios) e deu-se sepultura ao cadáver de um compatriota indigente (não sócio). Presentemente acham-se em tratamento dois sócios, estando um na Santa Casa e outro tratando-se em sua casa.³⁹

Podemos notar que entre os imigrantes portugueses encontramos trabalhadores sem formação acadêmica, certamente muitos analfabetos, e com profissões que não se adequavam a uma cidade com fortes marcas do escravismo, uma vez que inúmeros trabalhos, mesmo nas cidades mais urbanizadas, eram realizados pelos cativos, o que pode explicar a condição de miséria de alguns imigrantes.

³⁶ REGISTRO, 1966, p. 16-21.

³⁷ REGISTRO, 1966, p. 69-72.

³⁸ REGISTRO, 1966, p. 25 e 30.

³⁹ REGISTRO, 1966, p. 39

No início de 1876 a sociedade comprou um amplo terreno para que fosse iniciada as obras de edificação do hospital, de tal forma que em 6 de janeiro de 1877 fora lançada a pedra fundamental. Foi nesse contexto que surgiu espaços para disputa de poder no interior da colônia portuguesa em Campinas, fato que marca para nós a transição do período pré-imigratório para o da grande imigração (1877-1904).

Os portugueses e a imigração em massa para Campinas (1877-1904)

Durante o período da chamada imigração de massa a forma de relacionamento dos portugueses instalados em Campinas passou a sofrer mudanças em relação aos anos anteriores em virtude do grande número de homens e mulheres que imigraram para o Brasil, possibilitando o casamento entre pares.

Assim, característica marcante entre os portugueses imigrados para o Brasil diz respeito ao comportamento endogâmico de casamento, uma vez que casavam menos com brasileiros dentre os demais grupos de imigrantes. Herbert Klein (1989: 27) sugeriu que o constante fluxo migratório possa ser uma das respostas para isso, ou ainda, por problemas de integração social com os brasileiros pela condição de pobreza que muitos apresentavam. O fato é que a escolha de um cônjuge entre os portugueses privilegiou alguém de sua própria terra natal, seja homem ou mulher a contrair as núpcias, a menos que uma razão de sexo muito elevada no interior da comunidade pudesse interferir na composição do rol de pretendentes. Porém, ao estudar o comportamento nupcial da população residente em São Carlos, interior paulista, Oswaldo Truzzi (2012) anotou que entre os portugueses as taxas de endogamia foram mais baixas que a de outros grupos, como por exemplo, os italianos, e que fatores como a “urbanização precoce” do grupo pode ter influenciado a adotarem práticas exogâmicas. Em Campinas, os dados colhidos de nossas análises dos registros civis de casamentos indicaram que durante o período de 1875-1921 houve 1.198 matrimônios que envolveram noivos portugueses, e 624 matrimônios que as noivas eram lusitanas. Desse quadro, 465 casos envolviam ambos os noivos de Portugal, enquanto que 610 casos as noivas eram brasileiras se casando com portugueses, ao passo que quando as noivas eram de Portugal apenas 110 noivos foram brasileiros. Portanto, nos parece que a tendência endogâmica se mostrou bem fortalecida em Campinas.

Esses dados fornecem pistas do período para entender processos de formação de uma colônia no qual o casamento teve papel significativo na formação de uma sociedade com fortes traços de uma endogamia social, marcando dois grupos em oposição: nobreza/burguesia, versus plebe/operariado. E essa diferenciação eclodiu no interior da colônia a partir de dois processos simultâneos que ocorreram em Campinas, a chegada de um maior contingente de portugueses a partir do último quarto do século XIX, e a constituição da Sociedade Portuguesa de Beneficencia. Vamos procurar demonstrar isso com alguns fatos históricos que ultrapassaram os muros da colônia lusitana em Campinas.

De acordo com o primeiro Estatuto da Sociedade Portuguesa de Beneficência e seu Art. 29, a administração seria regida por uma diretoria eleita por meio de voto secreto anualmente e em assembleia, e seria composta por um presidente, um vice-presidente, 1º e 2º secretário, um tesoureiro, um procurador, e um zelador, estes sete membros diretores se constituíam como membros natos do Conselho, acrescidos de mais oito conselheiros eleitos em assembleia geral, conforme artigos 30 e 42.

Acontece que no final do ano de 1877 disputas internas na sociedade, e que certamente refletiram a condição da colônia portuguesa em Campinas, revelam que as vésperas da inauguração

do hospital havia pelo menos dois lados em conflito. E o interessante é que essa disputa tornou-se pública, uma vez que a *Gazeta de Campinas* de 14 de dezembro publicou a seguinte chapa para concorrer às eleições da Assembleia. Leiamos:

Presidente..... Laranjeira do Viadinho
Vice dito Gaspar da Silva
1º Secretário ... Joaquim José do Couto Torres
2º dito..... Calhelha
Tesoureiro Quei-Queiroz
Procurador Guilherme Vilares
Beneficente Santarém ou Jé Júlio (no caso de habilitarem-se)
Conselho: Podem servir 8 trabalhadores de estrada de ferro ou colonos, a escolha do diretório acima, sendo preferíveis analfabetos ‘creio que me compreendem’.
A Crise.⁴⁰

Em outra publicação, agora no *Diário de Campinas*, de 2 de outubro de 1878, “um sócio” escreveu o seguinte:

Em julho de 1873 (se não nos falha a memória) a colônia portuguesa, cheia do mais ardente entusiasmo, reunia-se em o Teatro S. Carlos, para criar uma associação de beneficência.
A ideia foi unanimemente aceita.
Foi mesmo abraçada com imenso entusiasmo.
Até a aprovação dos estatutos tudo correu bem e a contento geral, daí por diante, a Sociedade tem sido uma ‘Balbúrdia’.
Em vez do bem trouxe o mal; em vez da união a discórdia.⁴¹

As declarações são fortes e retratam uma divisão na colônia, ao que parece entre uma classe social bem estabelecida, reconhecida inclusive pelos ilustres cidadãos da cidade, e outra, composta por trabalhadores, quer assalariados ou vivendo sob o colonato. Nesse embate, o idealizador da Sociedade não teve a oportunidade, como Presidente, de inaugurar o hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campinas, visto que não foi reconduzido a esta função nos pleitos seguintes. De todo modo, o empreendimento não parou e o hospital foi concluído e inaugurado no dia 29 de junho de 1879, mesmo ano que o estatuto sofreu sua primeira reforma.

Dez anos após a inauguração do hospital, isto é, em 1888, Campinas passou por uma grande crise de saúde provocada pela epidemia de febre amarela. Esse momento pode ser caracterizado pela crise de uma cidade que cresceu em termos populacionais e econômicos, impulsionados pela crescente produção cafeeira da cidade, e a maior facilidade de transporte por intermédio dos trilhos das companhias de ferro instaladas na cidade, mas que não conseguiu se modernizar e estabelecer segurança no campo da saúde pública. Nesse contexto a Santa Casa de Misericórdia recusou a internação em seu hospital de doentes que fossem de nacionalidade portuguesa, em virtude da escassez de acomodações. Na prática, o que estava acontecendo era a transferência do encargo de cuidar dos enfermos para a Beneficência Portuguesa, o que causou um descontentamento entre os portugueses da cidade, possivelmente em virtude das disputas no interior da colônia. O fato é que foi estabelecida a Sociedade Portuguesa de União e Caridade em março de 1888.⁴²

As divisões existentes no interior da colônia portuguesa levaram a constituição de outra instituição, a Sociedade Portuguesa de Socorros Mútuos, fundada em 1904 com propósitos

⁴⁰ REGISTRO, 1966, p. 44.

⁴¹ REGISTRO, 1966, p. 48 e 49.

⁴² REGISTRO, 1966, p. 89-91.

semelhantes ao de sua co-irmã, a ponto de ser discutida a fusão entre as duas instituições no ano de 1825, mas que acabou não acontecendo até mesmo porque isso gerou inúmeros debates, contra e a favor ao projeto.

Considerações Finais

Essa comunicação pretendeu trazer um quadro amplo do processo imigratório de portugueses que se instalaram em Campinas ao longo do século XIX, dando ênfase, sobretudo, ao processo de constituição da colônia portuguesa ao longo do século XIX e o período da chamada grande imigração. Nesse período, Campinas presenciou o estabelecimento da Sociedade Portuguesa de Beneficencia e a consequente construção de um hospital mantido por seus associados portugueses. Os conflitos que nasceram no interior dessa Sociedade, demonstrou que a colônia portuguesa instalada em Campinas não se compunha de apenas um grupo social, a despeito dos fortes traços de casamentos endogâmicos, isto é, havia as divisões de uma sociedade no interior da mesma, e isto ficou demonstrado pelas críticas que foram feitas no decorrer dos anos finais do século XIX e os iniciais do século XX, quando o fluxo de portugueses ainda se manteve elevado.

Essa cisão no interior da colônia portuguesa e os conflitos decorrentes entre os patrícios podem ser resumidos por meio das declarações de um dos Presidentes da Sociedade Portuguesa de Beneficência, o senhor Fernando da Cruz Passos, publicado em 1920 pelo Diário do Povo da seguinte forma:

Teve, também, as suas crises, pela oposição movida às suas diretorias, não por má administração e, sim pelo desejo que tinham os opositores de prestarem os seus serviços à agremiação, dividindo os sócios em dois campos.

Mas essas crises foram de pouca duração, desaparecendo em breve, como era lógico.

Houve ainda o propósito, por parte de alguns elementos irriquietos, de dificultar uma administração, fundando uma sociedade congênere, a entradas mais acessíveis às classes menos abastadas; mas, esse propósito, movido pelo desejo ao presidente da diretoria de então, teve seu eclipse dentro de pouco tempo pelo restabelecimento da concórdia.

Essa nova agremiação que é hoje também uma prova evidente das inteligentes diretorias que a tem servido, aí está em franca prosperidade...⁴³

Em suma, com o aumento do número de imigrantes portugueses radicados em Campinas a partir de 1877, a colônia se diversificou cada vez mais, entre republicanos e monarquistas, nobres e operários, letrados e analfabetos, ricos e pobres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAENINGER, Rosana. *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e expansão do pólo industrial paulista*. Dissertação (mestrado), IFCH, Unicamp, 1992.

_____. *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e expansão do pólo industrial paulista*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1996.

BALDINI, Kelly. Núcleo Colonial Campos Salles/Campinas: um estudo de caso sobre a dinâmica das relações bairro rural-cidades. Dissertação (mestrado), IFCH, Unicamp, 2010.

BASSANEZI, Maria S. C. B. & FRANCISCO, P. M. B.. *Estrangeiros no Estado de São Paulo - dados censitários 1854-1950*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2002 (Banco de dados).

⁴³ REGISTRO, 1966, p. 246.

BIVAR, Vanessa dos S. B. *Além das fronteiras. O cotidiano dos imigrantes na São Paulo oitocentista. Vestígios testamentais*. São Paulo: Humanitas, 2008.

CANCELA, Cristina Donza. Imigração portuguesa, casamento e riqueza em Belém (1870-1920). In: Fernando de Sousa, Ismênia Martins & Maria Izilda Matos (Org.s). *Nas duas margens: Os portugueses no Brasil*. Porto/Portugal: Afrontamento, 2009, p. 149-162.

_____. Os portugueses em Belém: patrimônio, origem e trajetória. In: *De colonos a imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil*. 1º ed. São Paulo : Alameda, 2013, v.1, p. 485-500.

CARVALHO, Marcus. O antilusitanismo e a questão social em Pernambuco, 1822-1848. In: Miriam Halpern Pereira (organizadora). *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séc. XIX e XX)*. Editora Fragmentos: Lisboa, 1993, p. 145-162.

COSME, João dos Santos Ramalho. *A emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2007.

EMMI, Marília F. *Italianos na Amazônia (1870-1950): pioneirismo econômico e identidade*. Belém: NAEA, 2008.

FERNANDES, Mayara de C. *Imigração e ocupação em Campinas do final do século XIX ao início do século XX*. Dissertação (mestrado). IFCH. Campinas, Unicamp, 2016.

FONTES, Edilza. *Preferem-se portugues(as): Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. Tese (doutorado em História). Campinas, Unicamp, 2002.

FRUTUOSO, Maria Suzel. *A emigração portuguesa e sua influência no Brasil: o caso de Santos (1850-1950)*. Dissertação (mestrado em História). São Paulo, FFLCH-USP, 1989.

GANDON, Tania Riserio. *Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX*. Salvador: editora EDUNB, 2010.

GERALDO, Endrica. A “Lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. *Cadernos AEL*, vol. 15, n. 27, 2009, pp. 173-209.

GOMES, Ângela de Castro (org.) *Histórias de imigrantes e imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2000.

KARASTOJANOV, Andrea M. S. *Vir, viver e talvez morrer em Campinas*. Um estudo sobre a comunidade alemã residente na zona urbana durante o segundo império. Campinas, S.P.; CMU, Unicamp, 1999.

KLEIN, H. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil no fim do século XIX e no século XX. *Revista Brasileira de Estudos População*. v.6, n.2, jul./dez., 1989, pp.17-37.

KOSSOY, Boris. *Hercules Florence: 1833, a descoberta isolada da fotografia no Brasil*. 2ª ed. ver. e aum. – São Paulo: Duas Cidades, 1980.

LAPA, José R. A. *A cidade: Os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

LEITE, Joaquim Costa. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In: FAUSTO, Boris(org) *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.p.177-200.

LEVY, Maria S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, 8 (supl.), p. 49-90, 1974.

LOBO, Eulália Maria. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

MATOS, Maria I. S. de. Imigração portuguesa em São Paulo: perspectivas e possibilidades de investigação. *Revista População e Sociedade*, n. 14/15 – Parte II, 2007, pp. 5-18.

_____. *História e deslocamentos: os portugueses*. Bauru/Porto, EDUSC/CEPESE, 2008.

_____. *Portugueses: deslocamentos, experiências e cotidiano*. São Paulo séculos XIX e XX. Bauru, EDUSC, 2013.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec; Polis, 1984.

MÜLLER, Daniel P. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1978. (Coleção Paulística, v.11)

PAIVA, Odair da C. *Hospedaria de imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

PASCAL, Maria A. M. *Trajetórias e memórias de portugueses: gênero, trabalho e cotidiano*; São Paulo 1890-1930. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2004.

REGISTRO Histórico da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência, 1873-1960. Campinas, S.P.: Indústria Gráfica Saraiva, 1966, p. 13.

ROCHA, Heloisa H. P. & CORRÊA, Rosa L. T. Imigração italiana e educação na região de Campinas: iniciativas, representações, significados e valores. CMU, Unicamp, 1993. (Projeto de Pesquisa)

ROSAS, Suzana C. Cidadania, trabalho, voto e antilusitanismo no Recife em 1860: os meetings no bairro popular de São José. XXV Simpósio Nacional de História – ANPUH, *Anais*, 2009.

ROWLAND, Robert. *Portugueses no Brasil independente*: processos e representação. s.n.t., 2000.
SCOTT, Ana S. V. Migração portuguesa para São Paulo na segunda metade do século XIX: um estudo de caso. *Almanack Guarulhos*, n. 17, p. 86-136, dez. 2017.

_____. Uma história de despedidas: a emigração portuguesa para o Brasil (1822-1914). *Revista de Ciências Humanas*, n.27, abr. 2000, pp. 29-56.

SIMSON, Olga R. de M. von; MARCONDES, Marli; GONÇALVES, Cássia D. (Org.s). *A imigração alemã em terras paulistas*. Campinas, S.P.; Centro de Memória - Unicamp, 2011.

SOUSA, Fernando de & MARTINS, Ismênia. *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto/CEPESE & Rio de Janeiro/ FAPERJ, 2007.

TEIXEIRA, P. E. *O outro lado da família brasileira: mulheres chefes de família (1765-1850)*. Campinas: UNICAMP, 2004.

_____. *A formação das famílias livres: Campinas, 1774-1850*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

TRUZZI, Oswaldo M. S. Padrões de nupcialidade na economia cafeeira de São Paulo (1860-1930). *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.29, n.1, jan./jun. 2012, pp. 169-189.

VIEIRA, Martha V. Antilusitanismo, naturalização e disputas pelo poder no Primeiro Reinado. *Métis: História & Cultura*, v. 5, n.10, p. 87-99, jul./dez. 2006.